

**Gestão de geoparques: sugestão para o Projeto Geoparque Cariri  
Paraibano**

DOI: 10.2436/20.8070.01.185

**Milca Laís da Luz Macieira**

Bacharel em Ecologia, UFPB, Brasil.  
E-mail: [mllmacieira@gmail.com](mailto:mllmacieira@gmail.com)

**Leonardo Figueiredo de Meneses**

Doutor em Geografia, UFPB, Brasil.  
Professor Assistente, UFPB, Brasil.  
E-mail: [lfmeneses@hotmail.com](mailto:lfmeneses@hotmail.com)

**Resumo**

Com o intuito de promover conhecimento, proteger o geopatrimônio e desenvolver sustentavelmente as comunidades, surgem os geoparques como instrumentos inovadores de conservação. Para que sejam eficientes, necessitam de uma estrutura de gestão flexível e eficaz, que integre população, poder público e iniciativa privada. Assim, o objetivo geral da pesquisa é propor um tipo jurídico e uma estrutura organizacional aplicável à Proposta do Geoparque Cariri Paraibano, situado nos Cariris Velhos da Paraíba. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica e documental, apoiadas por atividades *in loco* realizadas entre os anos de 2017 e 2019 para reconhecimento do território e coleta de dados, realizando-se ações de integração com diversos setores da sociedade. Como resultado, apresenta-se uma síntese dos modelos mais comumente utilizados na gestão de geoparques e propõe-se o tipo jurídico de Associação para formatação da gestão da Proposta do Geoparque Cariri Paraibano, visto que esse tipo de estrutura organizacional possui maior grau de liberdade nas ações e flexibilidade de alcançar recursos em diversas fontes, com diferentes estratégias, tanto na esfera pública, quanto na iniciativa privada, não dependendo apenas do aporte de recursos do poder público. Conclui-se que, ao se propor o tipo jurídico Associação para a Proposta do Geoparque Cariri Paraibano vislumbra-se a máxima possibilidade de participação da comunidade, especialmente a adesão pelos stakeholders, visto que as redes colaborativas do território já se baseiam no formato de associação (de classe, culturais, etc), além de manter fluidez no andamento de todas e quaisquer tipos de atividades que se executem no campo da mobilização, sensibilização e desenvolvimento socio-econômico-ambiental, sem restrições mesmo em épocas eleitorais, não ficando à mercê do engessamento das atividades por consequência de ligações governamentais

como seria no caso de Consórcios Públicos Intermunicipais.

**Palavras-chave:** Geoparques. Gestão Territorial. Organização Social. Desenvolvimento Local. Associação.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a crescente demanda por recursos naturais, as ameaças ao meio ambiente têm sido intensificadas, levando a degradação e até mesmo à perda dos patrimônios biológico e da geodiversidade.

Segundo Gray (2005), o ambiente físico desempenha um papel de grande valor na prestação de serviços para o ambiente, como habitats e substratos que criam e nutrem a diversidade biológica. Desta maneira, a distribuição geográfica e a sobrevivência das diversas espécies do planeta estão em uma ligação diretamente proporcional com as condições físicas e químicas do meio que ocupam, ou seja, as espécies, sejam elas da fauna ou flora, são completamente dependentes dos elementos que compõem a geodiversidade do nosso planeta.

Como consequência, a conservação da natureza só pode ser alcançada se os estudos geocientíficos passarem a ser integrados com a gestão e a conservação da biodiversidade, possuindo o mesmo nível de importância dos processos que são considerados naturais (BRILHA, 2002).

Nas últimas décadas, a difusão do conhecimento geocientífico tem se apresentado como um grande desafio para a comunidade acadêmica. As discussões relacionadas à conservação do geopatrimônio vêm sendo realizadas há algumas décadas, porém, a partir da Convenção de Digne, realizada em 1991 na França, onde foi criada a “Declaração dos Direitos à Memória da Terra”, essas discussões se aprofundaram e tomaram maior vulto, chamando a atenção de muitos pesquisadores da área das geociências.

Com o intuito de promover tais conhecimentos, surgiu o conceito de geoparques, os quais, segundo Zouros (2004) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2015), compreendem áreas geograficamente unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são gerenciados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável, combinando o tripé da divulgação e desenvolvimento do território, proteção do geopatrimônio e ações sustentáveis.

Em 1996, iniciaram-se as primeiras discussões relativas à criação de uma rede que congregasse geoparques na Europa. Em 1997, por meio do programa europeu para cooperação e desenvolvimento entre zonas rurais, denominado *Leader+*, gestores de quatro áreas protegidas da Europa (Reserva Natural Geológica de Haute-Provence na França, Floresta Petrificada de Lesvos na Grécia, Geoparque Gerolstein/Vulkanifel na Alemanha e Parque Cultural Maestrazgo na Espanha) passaram a adotar a denominação de geoparques para essas áreas, experimentando esse conceito em cooperação com a UNESCO (MARTINI, 2009).

No ano de 2000, os gestores dessas áreas efetivaram a fundação da Rede Europeia de Geoparks (*European Geoparks Network – EGN*). De acordo com Zouros (2004), esses territórios se uniram por apresentarem potencialidades e fragilidades em comum, tais como: serem áreas rurais detentoras de valioso patrimônio geológico,

apresentarem beleza natural e potencial cultural elevados, mas com dificuldades no que se refere ao desenvolvimento econômico, desemprego e fluxos migratórios.

Ainda no ano de 2000 a EGN foi reconhecida pela UNESCO, em grande parte pela expansão e sucesso que a rede europeia vinha alcançando, tendo sido autorizado que os geoparques da rede operassem sob os auspícios daquela entidade.

Esse reconhecimento por parte da UNESCO foi reforçado pela Declaração de Madonie e culminou, conforme Rocha *et al.* (2017), na criação, em 2004, da Rede Mundial de Geoparques (*Global Geoparks Network – GGN*), uma organização sem fins lucrativos cujos membros fazem contribuições anuais para a manutenção das atividades técnicas e de divulgação. Trata-se, portanto, de uma iniciativa derivada da demanda pela criação de uma rede global de parques que “resguardem” o patrimônio da geodiversidade da Terra, suas paisagens e formações geológicas, incentivando, assim, a criação dos geoparques em nível mundial, considerando, como já informado, o sucesso que a EGN já vinha alcançando.

Em 2015, a UNESCO promulgou a criação do Programa Internacional de Geociências e Geoparques (*International Geoscience and Geoparks Programme – IGGP*) como um programa oficial da entidade fazendo com que passassem a existir, portanto, três programas cujos objetivos principais são a conservação e a valorização dos patrimônios natural e cultural mundiais (UNESCO, 2020). Como forma de trabalhar a geodiversidade, reconhecendo sua importância e significância, foi então criado o programa de Geoparks Mundiais da UNESCO (*UNESCO Global Geoparks – UGG*), buscando engajar as comunidades locais nas estratégias de conservação do geopatrimônio. O Programa UGG está vinculado à Divisão das Ciências da Terra daquela organização.

Assim, a partir da criação da UGG, todos os geoparques que já compunham a GGN, alçaram ao *status* de Geoparques Mundiais da UNESCO. Até abril de 2020 a GGN/UGG já contava com 147 geoparks situados em 41 estados membros, sendo: 75 na Europa, 60 na Ásia, 2 na África e nas Américas há representação de 10 geoparks, sendo, desses últimos, apenas um no Brasil (o Geopark Araripe, no Ceará).

Nessa temática, vale destacar, no âmbito do continente americano, a criação, em maio de 2017, da Rede Latino-Americana e Caribenha de Geoparques – GeoLAC, durante o IV Simpósio Latino-americano e do Caribe sobre Geoparques, ocorrido na cidade de Chivay, no Peru, tendo como membros fundadores o Geopark Araripe (Brasil), Geopark Comarca Minera e Mixteca Alta (México) e Geopark Grutas del Palacio (Uruguai). Mesmo que ainda em processo de estabelecimento, prevê-se nessa rede uma maior aproximação entre os geoparques e os projetos de geoparques da região, possibilitando uma troca de experiências mais dinâmica, de forma a favorecer a ampliação do número de geoparques existentes no território latino-americano.

No Brasil destaca-se o Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil/CPRM, criado no ano 2006 com o objetivo de identificar, levantar, descrever, inventariar, diagnosticar e divulgar áreas com potencial geológico para a criação de geoparques (CPRM, 2019), o qual indica, até o momento, 28 áreas que apresentam uma excepcional geodiversidade. No entanto, conforme observado por Figueiró e Borba (2014), boa parte das propostas distancia-se da filosofia apresentada pela UNESCO, pois negligenciam os traços identitários dos territórios, principalmente devido ao fato de apresentarem pouca valorização dos aspectos culturais ligados à população e a geodiversidade dos locais e ainda pelo baixo estímulo ao envolvimento das comunidades no processo de consolidação e gestão desses territórios e os limites

utilizados não são limites administrativos, mas sim poligonais arbitrárias ou limites de contextos puramente geológicos.

Baseando-se no conceito e na variação dos potenciais valores para a promoção dos geoparques, Boggiani (2010) e Nascimento *et al.* (2015) afirmam que os mesmos não se concentram apenas nas variedades dos ambientes geológicos e também não podem ser considerados como parques estritamente geológicos ou áreas protegidas, pois apresentam uma nova perspectiva de uso do território, com valorização e participação da comunidade local no desenvolvimento de suas atividades.

É importante considerar, nesse aspecto, o conceito de “território” formulado pela ciência geográfica, que designa um espaço geográfico onde há “poder” (ferramentas de gestão, instâncias decisórias) e “pertencimento” (identificando a população com seus limites físicos e sua identidade) (ZIEMANN, 2016). Assim sendo, os geoparques não deverão englobar apenas aspectos geológicos, mas integrar uma estratégia holística de gestão, sendo composto por um determinado número de geossítios, de relativo interesse em termos de atributos científicos, raridade, valor educativo e beleza cênica. Deverão apresentar uma participação ativa da população, contribuindo com a cultura local e empenhando-se em iniciativas que desenvolvam a atividade econômica da comunidade (FARSANI *et al.*, 2012) como também a utilização e divulgação do geopatrimônio, alcançando um reconhecimento internacional com importância local e regional.

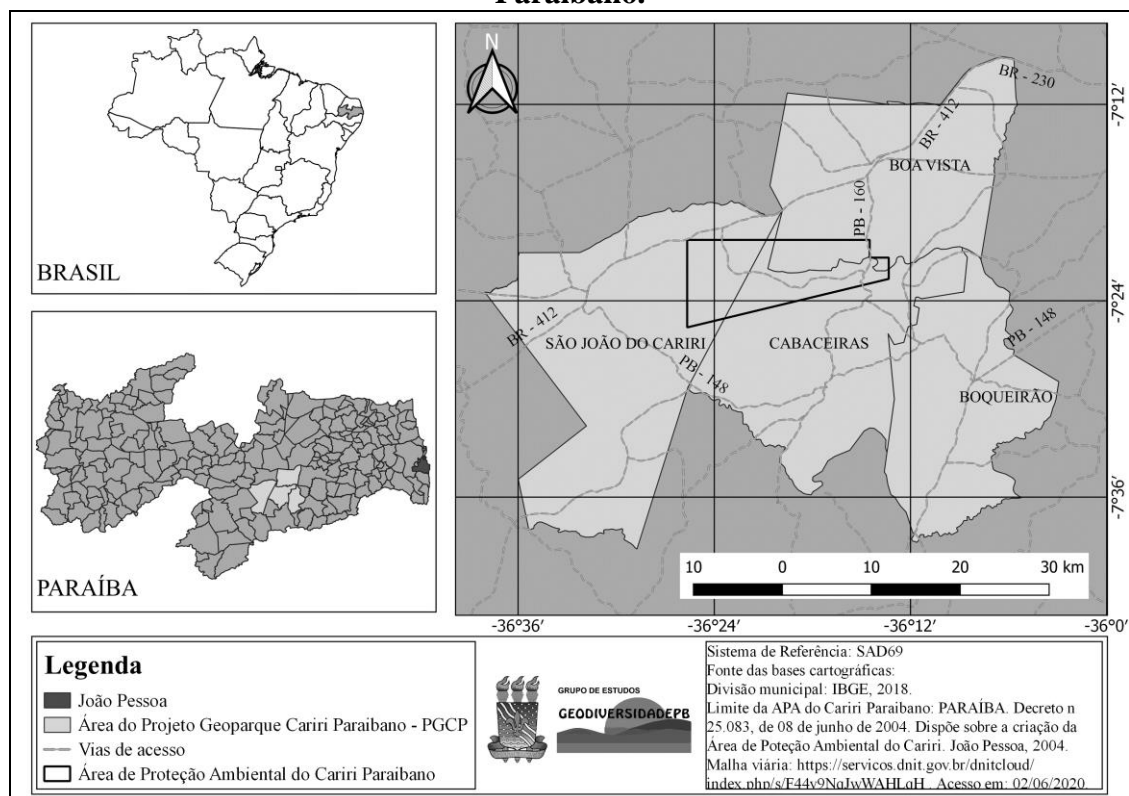
Em vista disso, ainda que o geopatrimônio exerça papel expressivo nessas áreas, deve-se buscar a valorização das atrações turísticas e culturais, podendo gerar oportunidades de emprego e benefícios econômicos para as pessoas que moram em seu interior ou nas circunvizinhanças. Esses benefícios podem ser alcançados, por exemplo, por meio da criação de pequenas empresas envolvidas no geoturismo, na produção de geoprodutos e em atividades que contribuem ainda para fortalecer a identidade da comunidade com o ambiente habitual.

Dessa forma, o objetivo geral definido neste trabalho é sugerir um tipo jurídico e uma estrutura organizacional que seja aplicável à proposta do Geoparque Cariri Paraibano (LAGES *et al.*, 2018; MENESES, 2020), considerando os pressupostos conceituais dos geoparques, suas finalidades e objetivos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Área de estudo

A área de estudo situa-se a cerca de 200 km do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, e compreende o limite territorial da Proposta do Geoparque Cariri Paraibano – PGCP (LAGES *et al.*, 2018), que corresponde aos municípios de Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras e São João do Cariri (Figura 01), com uma área total de 1.980 km<sup>2</sup> e apresenta 21 geossítios com conteúdos que passam por temas como geologia, geomorfologia e paleontologia, conforme inventário realizado por Meneses (2020). Nascimento *et al.* (2016) ressaltam que a delimitação proposta para os geoparques deve estar alinhada com os limites administrativos dos municípios nos quais os geossítios estão inseridos, característica, portanto, já presente no PGCP.

**Figura 01 – Mapa de localização e acesso da área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano.**

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Segundo Meneses e Souza (2016) a litologia da área é composta basicamente por rochas magmáticas e metamórficas das quais se destacam granitos, basaltos, gnaisses, filitos, xistos e migmatitos. A região é possuidora de notável beleza cênica derivada da presença de batólitos, inselbergs, matacões e diques associados ao magmatismo plutônico ocorrido no período Neoproterozoico (Figura 02-A).

O clima da região é tipicamente semiárido caracterizado pelos baixos índices pluviométricos, temperaturas médias elevadas (cerca de 27° C), limitações edáficas e déficit hídrico acentuado (TRAVASSOS, 2012). Os solos em sua maioria se apresentam como litólicos, com altos teores de salinidade, usualmente pedregosos, onde o intemperismo físico age ao decorrer dos anos, dificultando as práticas agrícolas.

Com base na classificação geomorfológica proposta por Carvalho (1982) a área do Cariri paraibano insere-se na Superfície dos Cariris, fazendo parte da Superfície Elevada Aplainada do Maciço da Borborema, o qual apresenta um relevo basicamente plano, fruto de processos denudacionais, tendo a variação de altitudes até 500 metros. Essa superfície constitui parte do que Corrêa *et al.* (2010) denominaram de Depressão Intraplanáltica Paraibana, quando elaboraram uma proposta de compartimentação do Planalto da Borborema.

Também são destaque no Cariri os Maciços Residuais, sendo compostos principalmente por processos de granitização ocorridos no Pré-Cambriano, compostos por inselbergs e serras.

A vegetação predominante é do tipo caatinga hiperxerófila (SOUSA *et al.*, 2008), que de acordo com Silva e Meneses (2011), compreende formações vegetais de porte variável, caducifólia, xerófitas, com grande quantidade de espinhos, o que permite

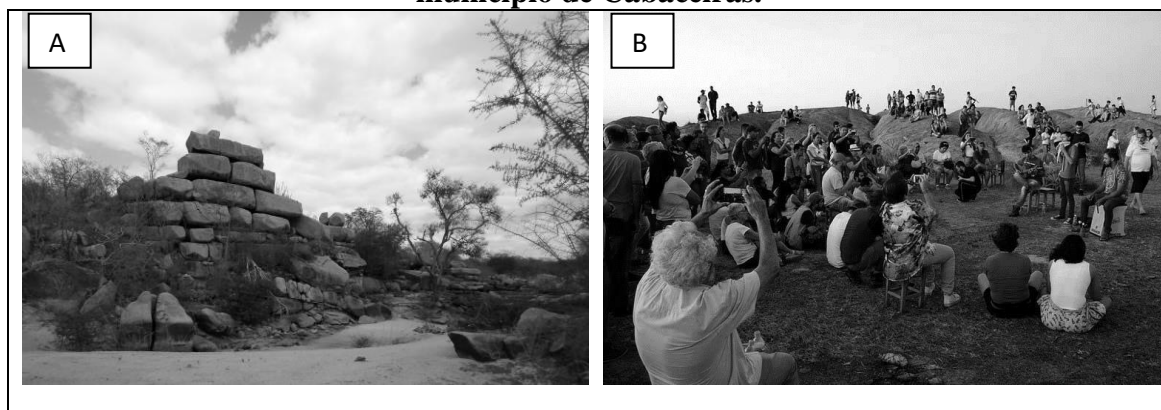
que estas espécies passem por longos períodos de escassez hídrica, uma vez que a superfície de evaporação se apresenta bem reduzida durante a estação mais seca.

A importância ecológica da área pode ser representada pela presença, em seu interior, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cariri Paraibano, uma Unidade de Conservação – UC – criada pelo governo do estado no ano de 2004, com uma área de 18.560 hectares (BORBA, 2016). A criação da APA objetivou assegurar a conservação principalmente dos recursos naturais de âmbito abiótico, garantindo a utilização sustentável ou a proteção integral desses geomonumentos e a biota associada a eles. Do ponto de vista científico, tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas, a exemplo daquelas realizadas por Ballen (2016) e Medeiros (2016) que destacaram as características paisagísticas e da geodiversidade da UC.

De acordo com Araújo (2017) e Meneses (2020), a área compreendida nesse estudo apresenta mais de 50 sítios arqueológicos que contém inscrições rupestres (gravuras e pinturas feitas nas rochas), artefatos líticos e sepultamentos gerados pelas populações pré-coloniais, alguns desses sítios arqueológicos podendo ter alguns milhares de anos de existência (ALMEIDA, 1979). Verificam-se também registros fossilíferos, representados por icnofósseis e somatofósseis de folhas e frutos e troncos de árvores silicificados, de idade oligocênica à miocênica, presentes nos sedimentos da Bacia Sedimentar de Boa Vista, além de fósseis de mamíferos da megafauna pleistocênica identificados em depósitos de tanques (LAGES, 2017).

Outro elemento de destaque é a cultura regional, caracterizada por um povo receptivo e resistente no que diz respeito à convivência com o regime de estiagem comum do semiárido. Elementos culturais como o artesanato e a gastronomia também são muito fortes na região do Cariri Paraibano, o que desenvolve uma particularidade quando se trata de oferecer uma experiência única aos visitantes (Figura 02-B).

**Figura 02 – Geossítio Saca de Lã (A) ilustrando os valores científico, didático e estético da geodiversidade e evento Som nas Pedras no Geossítio Lajedo da Salambaia (B) ilustrando o valor cultural. Ambos os geossítios localizam-se no município de Cabaceiras.**



Fotos: (A) Leonardo F. Meneses e (B) SECOM-PB.

Dessa forma, a união dos potenciais desses municípios resulta na existência de particularidades como o geopatrimônio, a cultura, a gastronomia e o saber popular, que são pontos bem marcantes, os quais completam os itens básicos para que a população possa usufruir dessa riqueza por meio do turismo, da educação e da ciência, pilares necessários para que uma região seja potencialmente alvo da criação de um geoparque.

## 2.2 Métodos

A presente pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, onde buscou-se consultar estruturas organizacionais de geoparques já estabelecidos e pertencentes à GGN/UGG ou em fase de implantação e que possuíssem seus estatutos de criação disponíveis para consulta em seus respectivos sítios eletrônicos.

Desses estatutos, buscou-se verificar aqueles em que o formato de gestão adotado se caracterize pela criação de entidades de tipo jurídico privado, com personalidade jurídica, sem fins econômicos como forma de espelhamento para auxílio na construção de uma sugestão de estrutura para o PGCP.

Consoante a isto, verificou-se os estatutos dos seguintes geoparques: Geopark Arouca, Geopark Terra de Cavaleiros, Geopark Açores e Geopark Estrela, situados em Portugal e ligados a GGN/UGG e o Geoparque Serra do Sincorá, localizado no estado da Bahia, Brasil, esse último ainda em fase de implementação, portanto não vinculado à GGN/UGG.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por analisar estruturas organizacionais de diferentes geoparques a partir dos referidos estatutos. No que se refere aos procedimentos técnicos, utilizou-se de consultas bibliográficas e documentais apoiadas por atividades *in loco* realizadas entre os anos de 2017 e 2019 para reconhecimento do território e coleta de dados.

Nas atividades de campo foram realizadas reuniões com integrantes das gestões municipais a fim de verificar a percepção desses atores em relação ao território em que atuam. O Quadro 01 apresenta a relação entre cargos e municípios dos gestores que foram possíveis de serem contactados na área de estudo.

**Quadro 01 – Distribuição dos gestores contactados por município.**

Entrevistados	Cabaceiras	Boqueirão	São João do Cariri	Boa Vista
<b>Prefeitos</b>	X	X	X	
<b>Chefes de gabinete</b>		X		X
<b>Agente de desenvolvimento municipal</b>			X	
<b>Diretores de turismo</b>	X	X	X	X
<b>Secretários de desenvolvimento social</b>	X			
<b>Chefes da divisão de cultura</b>	X	X	X	X
<b>Dirigentes municipais de educação</b>	X	X	X	X
<b>Secretários da agricultura/meio ambiente</b>		X	X	X

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A escolha desse grupo de gestores teve como critério técnico a observância de se ter “pessoas-chave” que representassem os municípios e fizessem parte da administração pública municipal, levando em consideração o mais amplo leque de opiniões da forma mais equânime possível.

Foram, ainda, realizadas diversas ações de integração e troca de informações com diversos setores da sociedade, onde buscou-se ouvir dos participantes suas visões,

expectativas e inclinações sobre as possíveis estruturas de gestão, avaliando a capacidade socioinstitucional de seus municípios para assim formular estratégias de gestão para o território.

Dentre essas ações, destacamos: reunião, em março de 2017, com o Secretário Executivo de Turismo e a Gerente Executiva do Turismo do Estado da Paraíba no intuito de traçar encaminhamentos para o PGCP e delinear projetos pontuais referentes a associações situadas em um dos municípios integrantes do PGCP; reunião, em maio de 2017, com o SEBRAE de Campina Grande e João Pessoa para idealização de oficinas de planejamento estratégico; reunião, em maio de 2018, com agentes e grupos sociais (representantes do poder público municipal, iniciativa privada, artesãos e moradores) para estimular a organização em *clusters* visando o desenvolvimento local através da geodiversidade (elementos intimamente ligados ao conceito de geoparques); reuniões com *stakeholders* (grupos locais dos quatro municípios do PGCP formados com o objetivo de encabeçar assuntos e formular ideias para o PGCP) em setembro de 2018 e participação em reunião para formalização do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental do Cariri Paraibano em outubro de 2019.

Vale ressaltar que, para a construção e desenvolvimento dessa pesquisa, as reuniões com organizações, poder público, iniciativa privada e sociedade civil proporcionou um delineamento mais assertivo da realidade local, no que resultou em uma proposta de estrutura de gestão para o PGCP.

Considera-se, ainda, que todo empreendimento, público ou privado, deve ser pautado por um planejamento estratégico, cuja finalidade seja desenvolver estratégias em um processo sistemático para auxiliar a organização a atingir suas metas e objetivos. Fundamentalmente, o planejamento estratégico envolve a análise do ambiente e das tendências externas, avaliação dos pontos fortes e da capacidade de resposta da organização e decisões sobre a melhor direção das ações (TAPINOS *et al.*, 2005; BROOME *et al.*, 2018; WESTON, 2020). Tal como o planejamento estratégico, a estrutura de gestão deve ser pensada com base no entendimento da realidade do empreendimento e dos objetivos que o mesmo almeja. Dessa forma, a avaliação da realidade recente da área de estudo baseou-se nos resultados apresentados pela Matriz SWOT gerada por Macieira (2018) para o PGCP.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Estruturas de gestão em geoparques

Ainda que no Brasil exista apenas um geoparque ligado à GGN/UGG, existem algumas áreas intituladas de geoparques mas que ainda não conseguiram ou não pleitearam entrada nas redes mundiais, exemplo disso são: Geopark Bodoquena-Pantanal (Mato Grosso do Sul), Geoparque Ciclo do Ouro (Guarulhos - São Paulo), Geoparque Cachoeiras do Amazonas (Presidente Figueiredo - Amazonas), Geoparque Costões e Lagunas (Rio de Janeiro), Geopark Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais), sendo que os três primeiros criados por meio de decretos governamentais (MATO GROSSO DO SUL, 2009; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, 2008; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2011). Cabe dizer que, apesar de utilizarem a nomenclatura “geoparque” em seus processos de criação, essas cinco áreas não são passíveis de serem consideradas como tais, à luz do que preconiza a UNESCO, por não atenderem as diretrizes da instituição para acesso à GGN/UGG.



No entanto, por falta de uma nomenclatura mais adequada e inexistência de diretrizes ou leis que proíbam o uso dos termos “geoparques/geoparks”, aqueles gestores que percebem a geodiversidade como um motor para o desenvolvimento local acabam utilizando esses termos nas denominações dos territórios em que pretendem intervir.

No ano de 2019 as propostas dos Geoparques Seridó (Rio Grande do Norte) e Caminhos dos Cânions do Sul (Rio Grande do Sul) tiveram seus dossiês remetidos para análise junto à UNESCO, mas até a conclusão dessa pesquisa ainda não havia finalizado a tramitação do processo de avaliação. Essas duas áreas são, portanto, consideradas atualmente como geoparques aspirantes da GGN/UGG. Sobre as estruturas de gestão adotados nessas duas iniciativas, ambas optaram pelo modelo de Consórcio Público Intermunicipal.

Mais recentemente, as propostas dos geoparques Caçapava e Quarta Colônia, ambos no estado do Rio Grande do Sul, tiveram seus dossiês encaminhados ao Itamaraty para análise e eventual envio à UNESCO.

De acordo com a UNESCO (2015), a gestão é um dos elementos essenciais para o bom funcionamento de um geoparque, que deve ser administrado por um organismo que tenha existência legal e que seja reconhecido ao abrigo das legislações nacionais. Martini (2009), Vale (2017) e Henriques e Brilha (2017) corroboram com esse pensamento e acrescentam que a estrutura de gestão deve ser estrategicamente planejada, de forma que mobilize todos os atores envolvidos na instalação e funcionamento do mesmo, devendo ser conduzida pela vontade local, ou seja, uma iniciativa *bottom up*, onde sua gestão requer envolvimento da comunidade e o produto fornecido deve refletir a natureza do lugar. Vale salientar que os três setores: iniciativa privada, poder público e sociedade civil devem interagir em prol do desenvolvimento do território.

Tomasi (2011) propõe que em um processo de gestão de um geoparque devem ser contemplados quatro pré-requisitos fundamentais: (i) Gestão e participação local: criação de um órgão de gestão e um plano de ação integrado, sendo gerenciado por uma autoridade local designada ou várias autoridades; (ii) Desenvolvimento econômico sustentável: devendo estimular micro e pequenas empresas (locais), cursos de formação e novos postos de trabalho, agregando rendimentos complementares para a população local e gerando novas fontes de receita para o município; (iii) Educação: excursões para estudantes e professores, seminários e palestras científicas para o público interessado (comunidade local ou visitantes) e inserção da importância do geopatrimônio nos currículos das escolas, reforçando a percepção ambiental e a identificação local; (iv) Proteção e conservação: em conformidade com a legislação nacional deve buscar contribuir para conservação dos recursos geológicos significativos.

O corpo gestor responsável por um geoparque deve trabalhar juntamente com organismos legais e as áreas de alto interesse para estudos devem permanecer sob domínio exclusivo do país de origem, pois é responsabilidade deste país decidir como proteger essas áreas em concordância com a legislação específica, não sofrendo, sobre isso influência da UNESCO.

No caso dos territórios aspirantes à GGN/UGG, no dossiê a ser encaminhado à UNESCO devem estar contidas, minimamente, as seguintes informações: identificação da área, geopatrimônio, medidas de geoconservação, interesse e argumentos para integrar a RGG e um plano de negócio.

Esse plano de negócios, segundo Rocha *et al.* (2017), deve ser adequado do ponto de vista econômico, social e cultural, sendo de suma importância a criação de

uma equipe interdisciplinar bem suportada pelas entidades (públicas e privadas) participantes do projeto, devendo caracterizar-se por: (i) Ser um projeto onde todos os municípios contemplados sejam ativos. Este apoio dos municípios é essencial, para que haja articulação nas diversas políticas para o desenvolvimento local; (ii) Envolvimento da população local nas diversas atividades, sejam elas turísticas, culturais ou educacionais, demonstrando em linguagem adequada a importância da conservação dos geossítios, bem como das belezas naturais e culturais da região e (iii) Relacionar a economia local com as atividades do geoparque, com uma visão geoconservacionista e voltada ao desenvolvimento sustentável.

Mediante a isto, Medeiros *et al.* (2015) destacam que a articulação gerencial desses espaços está vinculada às características locais do território no qual o geoparque está inserido. A flexibilidade jurídica quanto à criação desses espaços deve permitir um planejamento que possa inserir tanto a comunidade quanto empresários locais, instâncias de gestão pública local e o meio acadêmico.

Nikolova e Dimitar (2019) declaram na Europa é comum que a responsabilidade pela gestão de geoparques seja delegada a organizações ou associações sem fins lucrativos (por exemplo, na Holanda, Áustria, Polônia e Portugal) e municípios ou outras administrações públicas (como na Grécia, Espanha e Itália). A concessão de direito aos municípios e administrações públicas para gerenciar os geoparques não excluem a possibilidade de participação de instituições privadas (por exemplo, Itália). Na pesquisa realizada por esses autores, os resultados mostram que o financiamento para atividades de geoparques é provido principalmente por orçamentos municipais e fundos público-privados, e uma parcela menor é oriunda dos orçamentos nacionais.

Na Itália e na Espanha, os países com o maior número de geoparques da Europa, na maioria dos casos a autoridade competente dos geoparques está em nível nacional (os ministérios ou departamentos administrativos nacionais relevantes (NIKOLOVA; DIMITAR, 2019)).

Como não existe uma uniformidade para o gerenciamento desses espaços, cada geoparque opta por uma estrutura de gestão que se adeque à realidade local, o que corrobora com o pensamento de Picchiali (2010), que indica não haver um modelo ideal de estrutura organizacional que se aplique à todos os empreendimentos humanos, sendo importante apenas que ele funcione de maneira eficaz, atingindo os objetivos e cumprindo a missão da organização.

Assim sendo, ressaltamos a proposição de Boggiani (2010), que indica que os geoparques ao mesmo tempo que têm compromisso de preservar o geopatrimônio e resgatar a identidade cultural da região para as futuras gerações, buscando sempre o respeito ao meio ambiente, por não estarem diretamente subordinados a nenhuma lei, permitem-se ser gerenciados por diferentes modelos estruturais.

À título de exemplo dessa multiplicidade de estruturas de gestão destacamos nesse trabalho, para o campo dos geoparques, os consórcios e as associações como os mais comumente adotados, os quais descreveremos brevemente a seguir.

### 3.2 Consórcios e associações no contexto dos geoparques

Os consórcios, etimologicamente falando, provém do latim *consortiu*, e implicam a ideia de associação, ligação, união e comunhão de interesses (VIANA, 2008).

No campo da gestão pública, os consórcios mais usuais são os de municípios e têm objetivos como viabilizar projetos de abrangência regional, obras e outras ações de

competência local destinadas a promover o desenvolvimento de determinada região. Correspondem à uma reunião de recursos financeiros, técnicos e administrativos que uma só prefeitura não teria para executar o empreendimento desejado e de utilidade geral para todos (VASCO, 2006; IBGE 2012).

Dessa forma, Prates (2010), Henrichs (2016) e Bel Warner (2016) apontam que os consórcios se constituem na ideia de instrumento de fortalecimento e integração dos governos locais para a colaboração recíproca de fins convergentes. Isso não contesta a capacidade municipal, mas antes, gera uma tentativa de se criar escalas físicas e financeiras a fim de realizar investimentos a um custo muito menor para cada município participante do consórcio, além de buscar a melhoria de prestação de serviços públicos, visando obter economias de escala e reduzir impactos das restrições orçamentárias, racionalizando e otimizando o uso dos recursos públicos.

Com relação aos aspectos legais referentes à consolidação dos consórcios intermunicipais, Prates (2012) afirma que passaram a se constituir a partir dos anos 80 como um importante mecanismo de política pública para que os diferentes entes da Federação pudessem dar respostas às demandas emanadas da sociedade no que se refere ao desenvolvimento econômico, saúde, saneamento, educação e meio ambiente.

Conforme Correia Filho *et al.* (2017) a relação de igualdade entre os municípios é a base do consórcio, preservando, assim, a decisão e a autonomia dos governos locais, não admitindo subordinação hierárquica a um dos parceiros ou à entidade administradora.

Vaz (1997) descreve que os consórcios intermunicipais possuem personalidade jurídica, estrutura de gestão autônoma e orçamento próprio, sendo que os recursos podem ser obtidos de receitas próprias obtidas com suas atividades ou a partir de contribuição dos municípios integrantes, os quais podem dar a mesma contribuição financeira ou esta pode variar em função da receita municipal, da população, do uso dos serviços e bens do consórcio ou por outro critério julgado conveniente.

Como exemplo do uso do modelo de consórcio na gestão de geoparques, podemos citar o Geopark Rocca di Cerere, na Itália. A gestão desse geoparque italiano é confiada à Sociedade do Consórcio de Rocca di Cerere, que dispõe de um Comitê Diretivo para realização das tarefas e funções inerentes ao seu funcionamento, sendo integrado pelos gestores das empresas parceiras do geoparque ou por eles designados (ROCCA DI CERERE GEOPARK, 2020).

No Brasil, algumas propostas de geoparques têm buscado o consórcio intermunicipal como modelo de estrutura de gestão, citaremos aqui como exemplos as propostas do Geoparque Quarta Colônia, no estado do Rio Grande do Sul (CECCHIN *et al.*, 2017), do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, localizado entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL, 2020) e do Geoparque Seridó, no Rio Grande do Norte (SILVA, 2019).

Um outro modelo muito adotado para a gestão de geoparques são as Associações. Segundo SEBRAE (2014), podem ser definidas como sendo organizações civis sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em favor de um bem comum em prol do bem estar, do social, da cultura, política, filantropia ou realização de processos produtivos de bens e/ou serviços coletivos.

Araújo e Moreira (2001) indicam que a autogestão associativa, entendida como a gestão da organização pelos próprios sócios, significa a passagem do poder decisório a todos os integrantes e a participação ativa do cidadão no poder. As ideias associativistas enfatizam a gestão democrática dos associados, o modo como os resultados das

atividades realizadas retorna aos associados e os valores de solidariedade, preocupação com a comunidade, autonomia e independência.

Rodrigues (2004) explicita ainda que uma associação contém em si uma empresa e uma relação de sociedade entre seus membros, mas a produção se destina, em primeiro lugar, a servir aos próprios membros. Portanto, os associados deverão ser os proprietários dos meios de produção, os gestores do empreendimento e os beneficiários dos resultados da atividade econômica, mesmo que haja uma parte da produção destinada ao mercado. Cada membro da associação age como um empreendedor coletivo que, para Malo (2001), é o ator que encabeça o processo estratégico nas organizações de economia social. Isto significa que o processo é conduzido não por um só indivíduo, mas por um conjunto de atores dispostos que se estruturam estatutariamente (em função da lei e das regras internas) de modo a permitir a participação efetiva dos seus integrantes no processo decisório.

Para Fontes (1996), a estrutura de funcionamento de uma associação é relativamente simples: a Diretoria eleita pela comunidade; a Assembleia Geral sendo o órgão máximo da associação, que se reúne periodicamente para decidir questões a serem empreendidas pela Diretoria e para referendar as ações dos diretores, sendo constituída por todos os membros da Associação; Conselhos de Representantes e Conselho Fiscal, eleitos entre os sócios da Associação com o objetivo de supervisionar os trabalhos da Diretoria, tendo a mais alta autoridade nas questões estratégicas e fiscalização de operações da organização.

Como exemplos do uso do modelo de associação em sua gestão, podemos citar os Geoparks Arouca, Açores, Terras de Cavaleiros e Estrela, todos em Portugal e membros da GGN/UGG, enquanto que no Brasil um exemplo seria a proposta do Geoparque Serra do Sincorá, localizado no estado da Bahia.

Como forma de sintetizar as principais vantagens dessas duas estruturas de gestão, elaboraram-se os Quadros 02 e 03.

**Quadro 02 – Vantagens da estrutura jurídica “Consórcio”.**

Vantagens do Modelo “Consórcio”	Permite a elaboração e o financiamento de projetos
	Otimização de recursos e compartilhamento de custos
	Melhora tanto o relacionamento entre os municípios consorciados, como com outras esferas de governo, possibilitando que os recursos cheguem mais rápida e facilmente
	Compartilhamento de serviços integrados por meio da gestão solidária entre os municípios
	Dá peso político regional para as demandas locais
	Resolve problemas regionais sem se limitar às fronteiras administrativas
	Possibilita a diminuição das desigualdades regionais e a baixa capacidade de arrecadação tributária do município
	Ajuda as prefeituras menores, que assim podem receber apoio das prefeituras que dispõem de melhor infraestrutura
	Permite o intercâmbio de ideias, projetos e experiências
	Cria novos fluxos de recursos para o município, diminuindo sua dependência das transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM

Fonte: Adaptado de Leonello (2010), Maiello (2012), Sales (2014), SEBRAE (2014), Calheiros (2015), Reck (2015) e CNM (2016).

**Quadro 03 – Vantagens da estrutura jurídica “Associação”.**

<b>Vantagens do Modelo “ Associação”</b>	Autonomia e independência: as associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia
	Os associados possuem liberdade para criar os estatutos, inserindo disposições que entendem como pertinentes, desde que não sejam contrárias as leis
	As associações permitem as funções de mediação entre grupos primários e o Estado, de integração dos subgrupos, de afirmação de valores, de participação na tomada de decisões governamentais, de incentivo à mudança social e de distribuição de poder
	Gestão democrática pelos sócios: as associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios
	Interesse pela comunidade (representatividade social): as associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros
	A formação de uma rede permite a execução de ações conjuntas, criam espaços de partilha, pontos de encontro, dinâmicas desportivas, recreativas e culturais, facilitando a solução de problemas comuns e gera novas oportunidades e promove-se a cidadania, defendendo seus associados, valorizando o profissional, zelando pela ética e a defesa dos participantes

Fonte: Adaptado de Leonello (2010), Maiello (2012), Sales (2014), SEBRAE (2014), Calheiros (2015), Reck (2015) e CNM (2016).

Existem ainda aqueles geoparques que adotam modelos próprios de gestão, tal como o Geopark Araripe, localizado no sul do estado do Ceará e que é vinculado à Universidade Regional do Cariri – URCA. Atualmente a gestão desse geoparque constitui-se da seguinte forma (GEOPARK ARARIPE, 2018): (i) O Reitor é o gestor maior, tendo o vice-reitor como Superintendente e um Diretor Executivo que é responsável pelas articulações entre os setores e a gestão maior da URCA; (ii) A equipe técnica é composta pelas coordenações que são distribuídas em cinco setores: comunicação, geoconservação, desenvolvimento territorial sustentável e geoturismo, geoeducação e geocultura; (iii) No último nível estão os colaboradores (estagiários) que dão apoio operacional às ações das coordenações; (iv) Como apoio as decisões e ações do geoparque tem-se, ainda, um Comitê Científico e um Conselho Consultivo validando os representantes das instituições do terceiro setor, poder público municipal, estadual e federal e iniciativa privada e a Secretaria Executiva; (v) A Direção do Museu de Santana do Cariri, situado no interior do geoparque, não está subordinada à Direção, mas suas ações são realizadas em consonância e acordo com o grupo gestor do Geopark Araripe. Vale destacar que o geoparque conta com uma rede de parceiros no território, firmados através do termo de parceria e que colaboram de forma mais efetiva nas ações desenvolvidas.

Salientamos aqui que, por ser uma estrutura de gestão totalmente governamental, torna-se um modelo complexo de ser replicado em outros casos, frente à dificuldade individual e realidade de cada geoparque. Um modelo de gestão desse tipo requer ainda

uma boa estabilidade política e financeira da instância governamental à qual esteja vinculado, sob pena de ver reduzido o alcance de suas ações e, até mesmo, seu horizonte de existência.

#### **4 SUGESTÃO DE TIPO JURÍDICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A PROPOSTA DO GEOPARQUE CARIRI PARAIBANO**

Considerando que a consolidação de um geoparque passa pela necessária criação de uma estrutura de gestão que se enquadre no arcabouço jurídico administrativo de onde se insere e que essa estrutura visa a articulação institucional afim de desenvolver culturalmente, economicamente e ambientalmente o território do geoparque, criando condições de participação da sociedade no processo de gerenciamento e integrando ações para apoiar a organização e a execução de iniciativas em prol da implementação da proposta, indica-se a seguir uma sugestão de estrutura de gestão para o PGCP.

Tomando-se por base as estruturas de gestão já adotadas por geoparques, aspirantes a geoparques e projetos de geoparques do Brasil e do mundo, verificou-se que as tipologias de gestão mais comuns são os consórcios e as associações.

Baseando-se nas informações apresentadas no Quadro 02 e nas considerações tecidas no capítulo anterior, observa-se que o consórcio é muito trabalhado na esfera político-administrativa, em geral para a resolução de problemas comuns à todos os integrantes do consórcio, podendo ter a participação da sociedade, porém nem sempre de forma efetiva.

Sob essa ótica, o modelo de consórcio pode vir a ser visto como algo mais governamental (leia-se: gerenciado por ocupantes de cargos políticos), o que acarretaria um afastamento natural da participação popular na administração do geoparque visando não se envolver em eventuais rugas de grupos políticos divergentes. Tal fato pode se concretizar especialmente em momentos delicados da conjuntura nacional onde a credibilidade dos agentes políticos muitas vezes é posta em xeque pela população.

Este cenário é particularmente comum em municípios de pequeno porte, tais como os que compõem a proposta do PGCP, onde o poder político pode vir a manifestar-se de forma mais explícita, interferindo na vontade popular.

Considerando-se ainda que a criação de um geoparque deve ser uma iniciativa do tipo *bottom up* e que o desejo de o território ser considerado como um geoparque deve partir da comunidade que nele se insere, mostra-se positivo que se alcance o máximo envolvimento possível da população no processo de gestão e de tomada de decisões.

Assim sendo, aqui propõe-se que a estrutura jurídica do tipo Associação seja adotada para a gestão do PGCP uma vez que essa tipologia vai ao encontro de um modelo capaz de atrair a população a participar no estabelecimento de direcionamentos para o desenvolvimento territorial consoante com as premissas dos geoparques.

Com base nas interações e conhecimentos adquiridos nas atividades realizadas junto à população e aos gestores, foi possível perceber quais os canais de cooperação e organização social são comuns no território. Verificou-se, assim, que uma das forças ali presentes é o associativismo (de classe, culturais, etc).

As associações existentes nos municípios estudados são multivariadas e os interesses sociais se diversificam. Como exemplos, podemos citar, em Boqueirão a Associação das Crocheteiras e Condutores do Lajedo do Marinho e a Associação de Lideranças, Organizações de Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano – CASACO; em Boa Vista a Associação das Voluntárias; em São João do Cariri a

Associação Comunitária dos Criadores e Produtores do Sítio Alagamar e a Associação de Agricultores Familiares em São João do Cariri; e em Cabaceiras, temos, por exemplo, a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – ASCOMCAB e Associação de Moradores de Cabaceiras – AMORCAB. Todas essas instituições são um importante instrumento para que as comunidades sejam reconhecidas e alcancem objetivos comuns. Sendo assim, entende-se que a população da área de estudo já é mais habituada a esse tipo de estrutura de gestão, o que corrobora com a percepção gerada ao longo da pesquisa de que essa estrutura seria a mais adequada a se utilizar.

O tipo jurídico Associação também possibilita alcançar as diretrizes definidas pela UNESCO para o enquadramento de um geoparque no programa da instituição, bem como para dar acesso à GGN/UGG, caso seja de interesse da comunidade pleitear o ingresso nessas instâncias em algum momento *a posteriori*.

Também torna-se de suma importância salientar que as associações são uma estrutura de gestão com maior grau de liberdade e flexibilidade de alcançar recursos em diversas fontes e com diferentes estratégias, tanto na esfera pública, quanto na iniciativa privada ou por meio de outras organizações da sociedade civil, não dependendo apenas do aporte de recursos poder público. Também como já apresentado, a estrutura jurídica de associação possibilita um maior distanciamento entre a gestão e eventuais interferências políticas e da morosidade comum no âmbito governamental, o que nem sempre é possível na estrutura de consórcio.

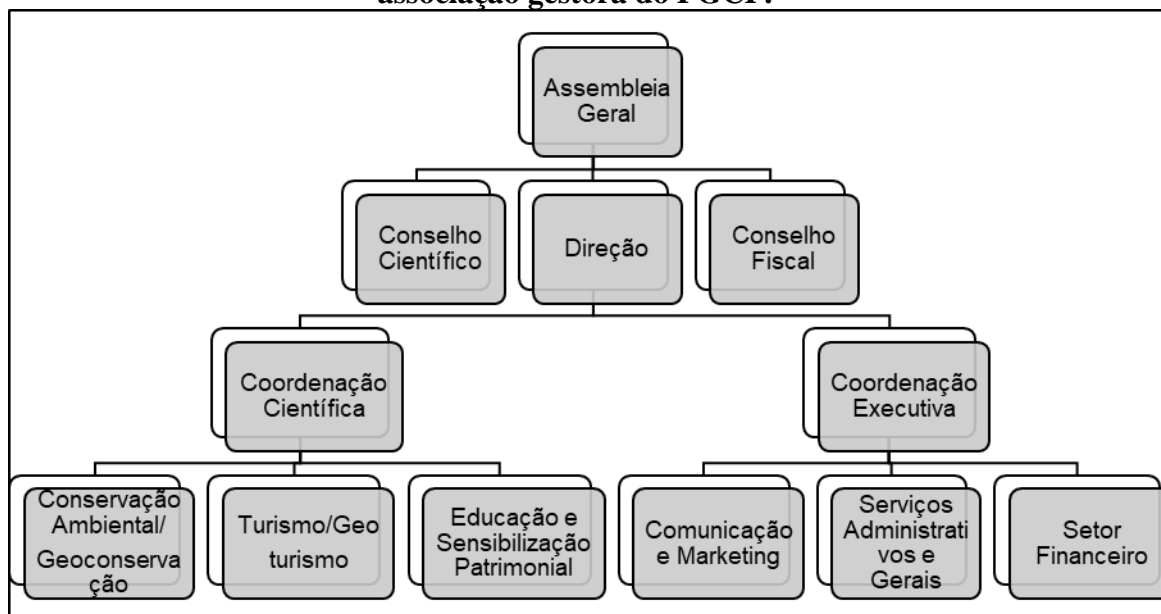
Dessa forma, aqui apresentamos e descrevemos uma estrutura de gestão compatível com a figura jurídica de associação e que se adequa aos parâmetros de gerenciamento de um geoparque alinhado com as particularidades da realidade local observadas ao longo das atividades de campo executadas na pesquisa e com os resultados extraídos da Matriz SWOT elaborada por Macieira (2018).

É importante salientar nesse ponto que o objetivo central do trabalho é tecer considerações sobre estruturas de gestão e proposição de um modelo para o PGCP, restando que se construa um plano estratégico de gestão que deverá ser elaborado pela equipe que venha a formar o quadro administrativo do futuro geoparque quando de sua formalização jurídica, o que se sugere e espera que seja realizado com a maior brevidade possível.

Como indicado na metodologia, tomando-se por base as estruturas de gestão dos Geoparks Arouca, Açores, Terra de Cavaleiros e Estrela, todos em Portugal e Serra do Sincorá, no Brasil, que se enquadram na estrutura de associação, elaborou-se uma proposta de estrutura administrativa para o PGCP (Figura 02), apresentando-se uma breve descrição das principais funções de cada ator da gestão.

Como se observa na Figura 02, o topo da cadeia administrativa é composto basicamente por instâncias típicas das estruturas associativas (Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal) e desempenhariam suas funções de forma similar às demais associações. Surge, como diferencial, um Conselho Científico que consistiria em um órgão consultivo, cujos representantes seriam ligados a instituições de ensino e pesquisa estaduais e federais (à exemplo da UFPB, IFPB, UEPB, INSA, CPRM, dentre outros), tendo por missão realizar o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades científicas do geoparque.

**Figura 02 – Fluxograma com proposta de estrutura administrativa para uma associação gestora do PGCP.**



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Abaixo do nível da Direção, sugere-se a criação de duas Coordenações: Científica e Executiva. À Coordenação Executiva caberá a execução das estratégias e deliberações tomadas pela Direção, devendo também colaborar na elaboração do dossiê de candidatura do geoparque à Rede Global de Geoparks da UNESCO e gerenciar de forma administrativa e financeira a Associação.

Já à Coordenação Científica competirá a orientação, acompanhamento, validação e a dinamização de projetos e atividades no que se refere aos aspectos científicos e educativos no território, a coordenação da elaboração do dossiê de candidatura do geoparque à Rede Global de Geoparks da UNESCO (quando tal pleito se fizer por parte da Assembleia ou da Direção) e a elaboração dos pareceres, relatórios e conteúdos científicos, sendo necessária a cooperação com o coordenador executivo no sentido de dinamizar e aplicar projetos da Associação.

Cada Coordenação será constituída de grupos de trabalho ou equipes técnicas, aos quais cabem o efetivo desenvolvimento dos projetos, as atividades e tarefas definidas e confiadas pelos coordenadores científico e executivo. Como se observa na proposta indicada na Figura 02, os grupos ligados à Coordenação Científica têm o foco bastante voltado para o geopatrimônio, enquanto que aqueles da Coordenação Executiva estão voltados à administração em si do geoparque.

A escolha dos membros que ocuparão os cargos de Direção e Coordenação Executiva deve ser feita mediante consulta pública onde terão direito à voto os membros efetivos da Associação. Sugere-se que haja algum tipo de rodízio de candidatos do ponto de vista territorial, de modo a evitar concentração geográfica de poder e de decisão.

Sugere-se, ainda, que a candidatura aos cargos se dê sob critérios de representatividade social, ou seja, os candidatos estejam de alguma forma ligados às entidades de classe, seja da iniciativa privada, do poder público ou do terceiro setor (Organizações Não Governamentais - ONGs, associações, cooperativas, instituições de ensino e pesquisa, por exemplo) para que não respondam apenas como pessoa física,



mas sim como pessoa jurídica evitando assim que os desejos pessoais se sobressaiam aos desejos e anseios coletivos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base o exposto ao longo deste trabalho, verificou-se que as estruturas de gestão mais comumente adotadas pelos geoparques são os consórcios e as associações. Vislumbra-se que esses modelos sejam escolhidos por facilitarem a participação da população inserida em seus territórios no processo de tomada de decisão e definição de metas a serem alcançadas, bem como por sua flexibilidade.

Tal observação alinha-se com a proposição de Cardoso (2013), quando indica que para otimizar o processo de gerenciamento de um geoparque, sua direção seja fora do âmbito político/governamental, visto que as trocas de gestão podem dificultar e até mesmo parar as atividades desenvolvidas no geoparque. Desta forma, os dois modelos citados seriam os que mais facilmente se enquadrariam nessa propositura.

Algumas particularidades inerentes aos consórcios, especialmente a proximidade com o plano político/governamental, torna, a nosso ver, a estrutura de associação mais adequada para se gerenciar um geoparque, tanto pela flexibilidade para captação de recursos para investimentos, quanto no que se refere à democratização no processo decisório, transparência e engajamento da população no processo de sua implantação.

Ao se propor o tipo jurídico de associação para o PGCP, buscou-se propiciar um formato que englobe a máxima participação da comunidade, especialmente pela adesão dos *stakeholders* (representantes de entidades sociais, lideranças comunitárias, coordenadores ou representantes de projetos correlatos) nos cargos de comando e decisão da entidade. Como destacado ao longo do texto, esse é um formato que potencializa uma melhor aceitação e adesão por parte dos atores envolvidos, visto que os mais variados grupos sociais da área já se organizam por meio de associações em todo o território.

A tipologia de Associação é capaz, ainda, de estimular a promoção de um desenvolvimento social, ambiental e cultural sustentáveis, além de novas fontes de renda, bem como garantir que as ações a serem executadas alinhem-se com a identidade cultural local.

A desvinculação da gestão em relação aos agentes de governo garante também uma manutenção de atividades mais fluida no tempo, sem soluções de continuidade de ações quando da mudança de chefes de governo municipais, estaduais ou federais e nem interrupções de quaisquer tipos de atividades devido à aplicabilidade de restrições derivadas, por exemplo, da legislação eleitoral como ocorre nos casos de gestão baseada em Consórcios Públicos Intermunicipais.

É explícito também o fato de que a criação jurídica do geoparque é de suma importância em seu processo de implementação no território, haja vista que somente por meio de uma personalidade jurídica é que será possível efetivar parcerias com instituições públicas, buscar apoio para o financiamento de projetos, concorrer à editais públicos e de entidades privadas, por exemplo.

Verifica-se ainda que, independente da estrutura de gestão que venha a ser adotada, o futuro corpo gestor do PGCP terá que enfrentar uma série de desafios, muitos deles elencados por Macieira (2018) ao traçar o perfil das fraquezas e ameaças que pairam no e sobre o território do PGCP, dentre os quais destacamos: (i) buscar por melhorias nos equipamentos de apoio turístico (postos de informação, sinalização) e capacitação de mão de obra; (ii) buscar melhorias nos acessos aos atrativos turísticos e

acessibilidade; (iii) elaboração de roteiros geoturísticos que integrem os geossítios; (iv) trabalhar a educação ambiental formal e não formal com a população residente e turistas, especialmente no que se refere à conservação do patrimônio natural e histórico-cultural; (v) apoiar o desenvolvimento de pesquisas e atividades pedagógicas nos geossítios.

À esses itens, acrescentamos ainda outros três que julgamos serem essenciais ao bom andamento das ações do futuro geoparque: (i) dirimir conflitos de interesses existentes no território no que se refere à diretrizes, metas e missão do geoparque, (ii) trabalhar uma melhor articulação intermunicipal no que diz respeito às práticas turísticas, (iii) dar suporte aos gestores públicos no que se refere as possibilidades de uso da geodiversidade.

Por fim, sugerimos que antes da efetivação da estrutura de gestão propriamente dita, crie-se um Fórum, que pode ser formalizado juridicamente ou não e cuja finalidade seja a de realizar discussões no território e nas instituições que poderão se envolver no projeto, de forma a criar uma base conceitual na população, pesquisadores e gestores, esclarecer dúvidas, coletar ideias, sugestões e propostas, apresentar os benefícios da implantação do geoparque, bem como os desafios que deverão ser enfrentados para que os objetivos a serem definidos sejam consolidados.

O Fórum aqui sugerido poderá servir, ainda, para a identificação de lideranças locais para que as ações sejam mais focadas nas características de cada município e ainda que sirvam para possibilitar uma efetiva atuação em rede entre os municípios integrantes do geoparque. A efetiva participação da população nesse fórum poderia ser a “porta de entrada” para os cargos de representação da comissão gestora do geoparque.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.T. **A Arte Rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1979.

ARAÚJO, A.P.M. **Mapeamento de Sítios Arqueológicos na Área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano**. 2017. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Ecologia) - Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto (PB), 2017.

ARAÚJO, M.A.D; MOREIRA, C.A.L. Gerenciamento das pessoas em uma associação de trabalho: novas formas de participação? **Organizações & Sociedade**, v. 8, n. 22, p. 75-90, set/dez, 2001.

BALLEN, L.A.C. **Análise da Configuração da Paisagem na Área de Proteção Ambiental do Cariri – PB/Brasil**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA/UFPB, João Pessoa (PB), 2016.

BEL, G.; WARNER, M.E. Factors explaining inter-municipal cooperation in service delivery: a meta-regression analysis. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 19, n. 2, p. 91-115, 2016.

BOGGIANI, P.C. A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Revista Patrimônio Geológico e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 1-4, jun. 2010.

BORBA, C.S. **Geoformas: potencial estético para uso turístico na área do Projeto Geoparque Cariri paraibano**. 2016. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ecologia) Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto (PB), 2016.

BRILHA, J. Geoconservation and protected areas. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 29, n. 3, p. 273-276, set. 2002.

BROOME, M; BOWERSOX, D; RELF, M. **A new funding model for nursing education through business development initiatives**. Journal of Professional Nursing, v. 34, n. 2, p. 97-102, 2018.

CALHEIROS, C. **O Regime Jurídico Do Agrupamento Complementar de Empresas: o ACE enquanto forma de cooperação interempresarial**. 2015. 56 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2015.

CAMINHOS DOS CANIÕES DO SUL. 2020. Disponível em: < <https://canionsdosul.org/> >. Acesso: 09 jun 2020.

CARDOSO, C.S. **Geoparque Seridó RN: Valores Turísticos e Gestão**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CARVALHO, M.G.R.F. **Estado da Paraíba: classificação geomorfológica**. Editora da UFPB, 67p. 1982.

CECCHIN, D.N; ZIEMANN, D.R; FIGUEIRÓ, A.S. **O Patrimônio Cultural Material Edificado Presente no Território da Proposta Geoparque Quarta Colônia, RS, Brasil**. In: ENANPEGE. 2017, Porto Alegre. *Anais... Geografia, Ciência e Política do Pensamento à ação, da ação ao pensamento*. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Consórcios Públicos Intermunicipais: Uma Alternativa à Gestão Pública**. Brasília: CNM, 2016.

CORRÊA, A.C.B.; TAVARES, B.A.C.; MONTEIRO, K.A.; CAVALCANTI, L.C.S.; LIRA, D.R. Megageomorfologia e morfoestrutura do Planalto da Borborema. In: **Revista do Instituto Geológico**. São Paulo, v. 31, n. 1/2, p. 35-52, 2010.

CORREIA FILHO, W.L.C; BAGGIO, D.K; MELO, A.S. **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL: COOPERAÇÃO COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017. Rio Grande do Sul. *Anais... Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*. *Anais.... PPGDR*, 2017.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Geoparques**. 2019. Disponível em: < <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Projeto-Geoparques-5416.html> >. Acesso em: 20 ago 2020.

FARSANI, N.T; COELHO, C.O.A; COSTA, M.M; CARVALHO, C.N. **Geoparks and Geotourism: new approaches to sustainability for the 21st century**. Boca Raton, Florida, USA: Brow Walker Press. 2012.

FIGUEIRÓ, A.S; BORBA, A.W. **A criação de geoparques no Brasil: balanço e perspectivas**. In: Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação. 2014. Coimbra. *Anais...* APGeom, CEGOT, UC, 2014.

FONTES, B.A.S.M. Estrutura organizacional das associações políticas voluntárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 11, p. 41-60, 1996.

GEPARK ARARIPE. **Planejamento Estratégico Geopark Araripe - Período: 2018 a 2021**. Governo do Estado do Ceará, 2018.

GRAY, M. Geodiversity and geoconservation: what, why, and how? **The George Wright Forum**, v. 22, n. 3, p. 4-12, 2005.

HENRICHES, J.A; SILVA, C.L; MEZA, M.L.F.G. A contribuição dos consórcios públicos intermunicipais para o desenvolvimento regional transfronteiriço: atuação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. **Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 8-25, jan/jun. 2016

HENRIQUES, M.H; BRILHA, J. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. **Episodes**, v. 40, n. 4, p. 349-355. Portugal, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 2011**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

LAGES, G.A. (Org.). **Geologia e recursos minerais da Folha Boqueirão SB.24-Z-D-III: Estado da Paraíba**. 1ª ed. Recife: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 167p. 2017.

LAGES, G.A; FERREIRA, R.V.; MENESES, L.F.; NASCIMENTO, M.A.L.; FIALHO, D. **Geoparque Cariri Paraibano: proposta**. Brasília: CPRM, 2018, 53p. Disponível em: < <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/20244> >. Acessado em: 20 ago 2020.

LEONELLO, J.C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP), 2010.

MACIEIRA, M.L.L. **A utilização da análise SWOT como ferramenta de planejamento estratégico para a área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano**. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ecologia) – Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto (PB), 2018. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/333089333\\_A\\_Utilizacao\\_da\\_analise\\_SWOT\\_como\\_ferramenta\\_de\\_planejamento\\_estrategico\\_para\\_a\\_area\\_do\\_Projeto\\_Geoparque\\_Cariri\\_Paraibano](https://www.researchgate.net/publication/333089333_A_Utilizacao_da_analise_SWOT_como_ferramenta_de_planejamento_estrategico_para_a_area_do_Projeto_Geoparque_Cariri_Paraibano) >. Acesso: 20 ago 2020.

MAIELLO, A.L.D. **Aspectos fundamentais do negócio jurídico associativo**. 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MALO, M.C. La gestion stratégique de la coopérative et de l'association d'économie Sociale. 1<sup>ière</sup> partie: l'entrepreneur et son environnement. **RECMA**, n. 281, p. 84-95, 2001.

MARTINI, G. Geoparks. A vision for the future. Publicação especial: **Revista do Instituto de Geociências - USP**, São Paulo, v. 5, p. 85-90. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre a criação do Geopark Bodoquena-Pantanal, e dá outras providências**. Mato Grosso do Sul. 2009.

MEDEIROS, S.C.O. **Geodiversidade da Área de Proteção Ambiental do Cariri Paraibano: bases para sustentabilidade**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA/UFPB, João Pessoa (PB), 2016.

MEDEIROS, C.A.F.; GOMES, C.S.C.D.; NASCIMENTO, M.A.L. Gestão em Geoparques: Desafios e realidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em turismo**. v. 9, n. 2, p. 342-359, mai/ago 2015.

MENESES, L.F. **O Conhecimento da Geodiversidade para o Desenvolvimento Regional do Cariri Paraibano**. 2020. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2020. 356 f.

MENESES, L.F.; SOUZA, B.I. **Patrimônio Geomorfológico da Área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano**. In: I Workshop de Geomorfologia e Geoarqueologia do Nordeste. Recife. 2016.

NASCIMENTO, M.A.L.; GOMES, C.S.C.D.; SOARES, A.S. Geoparque como forma de gestão territorial interdisciplinar apoiada no geoturismo: caso do Projeto Geoparque Seridó. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 347-364, mai/ago 2015.

NASCIMENTO, M.A.L.; MENESES, L.F.; FERREIRA, R.V.; LAGES, G.A.; FIALHO, D.A. **Projeto Geoparque Cariri Paraibano, Nordeste do Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Geologia. Porto Alegre. 2016.

NIKOLOVA, V; DIMITAR, S. Geoparks in the legal framework of the EU countries. **Tourism Management Perspectives**. v. 29, p. 141-147. 2019.

PICCHIAI, D. **Estruturas Organizacionais: Modelos**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. 2010. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4234624/mod\\_resource/content/2/seplan-modelos\\_de\\_estruturas\\_organizacionais\\_material.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4234624/mod_resource/content/2/seplan-modelos_de_estruturas_organizacionais_material.pdf) > Acesso: 27 jun. 2019.

PRATES, A.M.Q. **Os Consórcios Públicos Municipais no Brasil e a Experiência Europeia: Alguns Apontamentos para o Desenvolvimento Local.** In: III Congresso Consad de Gestão Pública. 2010, Brasília. *Anais...* Articulação de governos municipais: áreas metropolitanas e consórcios públicos, 2010.

PRATES, A.M.Q. **Federalismo no Brasil: os consórcios públicos intermunicipais no período recente.** 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS. Decreto Nº 25.974 de 15 de dezembro de 2008. **Institui o Geoparque Ciclo do ouro de Guarulhos e dá diretrizes para sua estruturação com o objetivo de implantação e forma de gestão.** São Paulo, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO. Decreto Nº 1301 de 26 de outubro de 2011. **Institui o Geoparque Cachoeira do Amazonas e dá diretrizes para sua estruturação com o objetivo de implantação e forma de gestão.** Manaus, 2011.

RECK, H.H. **Consórcios públicos intermunicipais de saúde: sucessos, fracassos, vantagens e desvantagens.** 2015. 56 f. Monografia (Especialização em Gestão em Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROCCA DI CERERE GEOPARK. **Comitê Diretivo.** 2020. Disponível em: <<http://www.roccadicereregeopark.it/?q=node/46>>. Acesso em: 09 jun 2020.

ROCHA, L.C; FERREIRA, A.C; FIGUEIREDO, M.A.A. Rede Global de Geoparques e os desafios da integração dos Geoparques Brasileiros. **Caderno de Geografia**, v. 27, n 2, p. 271-292, 2017.

RODRIGUES, A.L. **Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações Sem Fins Lucrativos: um Estudo Comparativo de Casos no Brasil e no Québec (Canadá: Província).** 2004. 295 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

SALES, I.S. **Associativismo: Uma vantagem Competitiva para as micro, pequenas e médias empresas no ramo de material de construção em Maracanaú.** 2014. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração de Empresas) – Centro de Ensino Superior Faculdades Cearenses. Fortaleza, 2014.

SEBRAE. **Associação: Série Empreendimentos Coletivos.** Brasília: SEBRAE, 2014.

SILVA, S. **Prefeitos se encontram na AMSO e assinam protocolo de intenção para criação do Consórcio Geoparque Seridó.** [Blog Internet]. Disponível em: <<http://sidneysilva.com.br/prefeitos-se-encontram-na-amso-e-assinam-protocolo-de-intencao-para-criacao-do-consorcio-geoparque-serido/>>. Acesso em: 27 jun 2019.

SILVA, E.G; MENESES, L.F. Inventário de geossítios como subsídio para o geoturismo no município de Gurjão (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 3, p.361-382, set, 2011.

SOUSA, R.F; BARBOSA, M.P; NETO, J.M.M; MENESES, L.F; GADELHA, A.G. Vulnerabilidade e impactos socioeconômicos e ambientais em municípios do Cariri paraibano. **Revista Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 5, n. 3, p. 63-78, set/dez, 2008.

TAPINOS, E; DYSON, R; MEADOWNS, M. The impact of the performance measurement in strategic planning. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 54, n. 5/6, p. 370-384, 2005.

TOMASI, R.V.M. **Desenvolvimento regional sustentável com base no turismo: A proposta do Geoparque dos Canyons do Brasil**. 2011, 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

TRAVASSOS, I.S. **Florestas Brancas do Semiárido Nordeste: desmatamento e desertificação no Cariri Paraibano**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

UNESCO. **UNESCO Global Geoparks Celebrating Earth Heritage Sustaining Local Communities**. 2015. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002436/243650e.pdf> >. Acesso em: 20 ago 2020.

UNESCO. **International Network of GEOPARKS**. 2020. Disponível em < <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/> >. Acesso em: 22 abr 2020.

VALE, T.F. **A gestão do território e os benefícios de um geopark: Ações visando a implantação do projeto Geopark Fernando de Noronha (PE)**. 2017, 191 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2017.

VASCO, J.A.C. Consórcios intermunicipais. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 1, n. 1, mai. 2006.

VAZ, J.C. Consórcios Intermunicipais. **Dicas Pólis Ildesfes: Ideias para a ação municipal**. 1997. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1432/448.pdf?sequence=1> > Acesso: 27 jun 2019.

VIANA, P.R. **A duplicidade de regimes jurídicos dos consórcios públicos em sua legislação reguladora e a sua incompatibilidade em face do sistema jurídico vigente**. Porto Alegre: Editora Fórum, 2008.

WESTON, M.J. **Strategic Planning in na Age of Uncertainty: Creating Clarity in Uncertain times**. Nurse Leader, v. 18, n. 1, p. 54-58. 2020.

ZIEMANN, D.R. **Estratégias de Geoconservação para a proposta do Geoparque Quarta Colônia – RS**. 2016, 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS). 2016.

ZOUROS, N.C. The European geoparks network: geological heritage protection and local development. **Episodes**, Ottawa, v. 27, n. 3, p. 165-171, 2004.

### ***Geopark management: a suggestion for the Cariri Paraibano Geopark Project, Brazil***

210

#### ***Abstract***

*With the intention of promoting knowledge, protecting the geoheritage and sustainably develop communities, geoparks emerge as innovative instruments for conservation. In order to be efficient, they require a flexible and effective management structure that can integrate the population, the public power, and the private initiative. Therefore, the general objective of this research is to propose a juridical type and an organized structure applicable to the Cariri Paraibano Geopark Proposal, located in the Cariris Velhos of Paraíba, in Brazil. The methodological procedures consisted of bibliographical and documentary researches, supported by in loco activities which took place between the years of 2017 and 2019, for the recognition of the territory and for data collection, leading to integrational actions with various parts of society. As a result, a summary of the models most commonly used in geopark management is presented, and thus the juridical type Association is proposed for shaping the Cariri Paraibano Geopark Proposal's management, considering that this kind of organizational structure has a higher degree of liberty in acting and of flexibility in reaching resources from different sources, with different strategies, both in the public domain and through the private initiative, as it does not rely only on the public power's contribution for resources. It is concluded, thus, that by proposing the juridical type Association for the Cariri Paraibano Geopark Proposal, it is possible to see a maximum possibility for engaging the community, especially with the adhesion of stakeholders, considering that the collaborative networks of the territory are already based on the association format (regarding class, culture, etc.), as well as for keeping fluid the progress of any and all types of activities that are executed on the mobilization, sensibilization, and socioeconomic-environmental fields, with no restrictions even during election time, not being at the mercy of the slowing-down of activities due to governmental ties, as it would be in the case of Intercity Public Consortia.*

**Keywords:** *Geoparks. Territorial Management. Social Organization. Local Development. Association.*

Artigo recebido em 09/07/2020. Artigo aceito em 17/09/2020.